

CURRÍCULO

MICHELLE MARRY MARQUES DA SILVA

Telefone: 61- 981112531

E-Mail: silva.michelle@mj.gov.br

FORMAÇÃO ACADÊMICA

Curso:

Pós – graduação: Stricto Sensu em Direito Constitucional (mestrado)

Instituição: IDP- Instituto Brasiliense de Direito Público.

Nível Superior: Bacharel em Direito Instituição: Associação de Ensino Unificado do Distrito Federal – AEUDF.

Pós-graduação: lato sensu em Direito Público Instituição: Faculdade Projeção.

Pós – graduação: lato sensu em Direito Público Instituição: IDP- Instituto Brasiliense de Direito Público.

Pós – graduação: lato sensu em Direito Público Instituição: Universidade de Brasília - UNB Período.

FORMAÇÃO COMPLEMENTAR (Curso de aperfeiçoamento)

Curso “Fundamentals of US Law” – Thomas Jefferson School of Law – 05 a 28 de julho de 2011 – em San Diego, Califórnia – EUA.

Curso Negociação Avançada em Termo de Ajustamento de Conduta – FGV.

Curso de Controle e Combate à Corrupção na Contratação Pública - 18 a 26 de outubro de 2018 – em Lisboa, Portugal.

Curso sobre regulamento de aquisições do Banco Mundial.

Curso Avançado de Direito Administrativo – Instituto Brasiliense de Direito Público – abril de 2010 – 60 horas-aula.

CPC – Curso Preparatório para Concursos – Curso de Extensão em Direito Processual Civil – 14.02.2005 a 27.06.2005 – 84 horas/aula.

Praetorium – Curso Semestral básico – 02.02.2005 a 22.07.2005 – 342 horas/aula.

Instituto Luiz Flávio Gomes – Curso Preparatório para Carreiras Jurídicas – curso semestral básico - 588 horas/aula.

TCS consultoria e Cursos – Curso de Direito Tributário com Ênfase nas Reformas Constitucionais 16.08.2004 a 20.08.2004 – 20 horas/aula.

Curso Sui Júris – Curso de Direito Penal – Parte Geral – de 01.03.2005 a 17.05.2005 – 48 horas/aula.

Curso de Licitação (Lei nº 8666/93) e atualizações – Fundação Escola Superior do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios – de 25 de maio a 4 de junho de 2009 – 32 horas/aula.

Seminário Nacional “IN nº 02/08 com as recentes alterações das INs nºs 03, 04 e 05 de 2009” – Zênite Informação e Consultoria S.A. – de 1º a 3 de março de 2010 – 24 horas/aula.

EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Procuradoria da Fazenda Nacional – Coordenação-geral da Representação Judicial da Fazenda Nacional – Estagiária.

Superior Tribunal de Justiça – Analista Judiciária – Área Judiciária - Gabinete do Ministro Herman Benjamin.

Ministério da Previdência Social – Atendente e Supervisora de atendimento do PREVFONE.

Defensoria Pública do Distrito Federal – Estagiária.

Advocacia-Geral da União – Advogada da União – cargo que ocupa desde 06 de agosto de 2007.

Procuradoria União no Estado de Mato Grosso – Coordenação de servidores públicos e trabalhista.

Coordenadora – Substituta na Coordenação-Geral de Licitações, Contratos e Convênios na Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Assessora – Subchefia para assuntos jurídicos na Casa Civil da Presidência da República.

Coordenadora-Geral Jurídica de Suporte à Central de Compras e Contratações do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

Coordenadora-Geral de Assuntos Administrativos no Ministério da Cultura.

Coordenadora-Geral de Licitação, Contratos e Instrumentos Congêneres no Ministério da Educação.

Coordenadora de Estudos, Convênios e Atuação Proativa no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Coordenadora-Geral de Análise Jurídica de Licitação e Contratos no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Coordenadora da Câmara Nacional de Licitações e Contratos da Consultoria-Geral da União/AGU.

Consultora Jurídica Adjunta – Substituta no Ministério da Justiça e Segurança Pública.

Membra da Câmara Nacional de Convênios e Instrumentos Congêneres da Consultoria-Geral da União/AGU.

Membra do Instituto de Direito Administrativo do Distrito Federal.

Membra do Instituto Nacional da Contratação Pública.

INFORMAÇÕES ADICIONAIS (Produção Acadêmica)

Monografia apresentada para conclusão do curso de Pós-graduação lato Sensu em Direito Público, certificado expedido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP, com o título “A Aplicação do Efeito Translativo Ao Recurso Especial” em 2008.

Monografia apresentada para conclusão do curso de Pós-graduação lato Sensu em Direito Público, certificado expedido pela Faculdade Projeção, com o título “A Antecipação dos Efeitos da Tutela Jurisdicional Contra a Fazenda Pública” em 28 de março de 2007.

Dissertação apresentada para conclusão de Pós – graduação: Stricto Sensu em Direito Constitucional (mestrado), certificado expedido pelo Instituto Brasiliense de Direito Público - IDP, com o título “As parcerias entre o setor público e as entidades privadas

sem fins lucrativos como meio para viabilização de políticas públicas: marco regulatório das organizações da sociedade civil (MROSC).”

Artigo Publicado no Observatório da Jurisdição Constitucional (do Instituto Brasiliense de Direito Público – IDP) com o título “A Importância Constitucional do Julgamento da Medida Cautelar na Ação Declaratória de Constitucionalidade” em outubro de 2008 (Ano 2 - Outubro 2008 - Brasília - Brasil - ISSN 1982-4564).

Obra publicada em coautoria com o título “RDC – Regime Diferenciado de Contratações” publicação em 10.10.2014 pela editora JusPodivm (ISBN: 978854420182-4).

Obra publicada em coautoria com o título “Tratado da Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos: Lei nº 14.133/21 comentada por Advogados Públicos” publicação em 27.05.2021 pela editora JusPodivm (ISBN: 978-65-5680-699-0).

Obra publicada em coautoria com o título “Governança e Compliance no setor público” publicação em setembro/2022. (ISBN: 978-65-5959-346-0).

Obra publicada em coautoria com o título “Compras Públicas Centralizadas no Brasil” versão digital publicada em 01/2023 versão física em pré-lançamento.

E-book publicado pela editora JML com o título “As parcerias entre os setores público e privado como mecanismo de implementação de políticas públicas” em outubro/2022 (ISBN: 978-85-93826-11-5).

Artigo Publicado na revista da escola da Advocacia-Geral da União com o título “A contribuição do Federalismo Vertical para a Criação do Judicial Review pelos Estados Unidos” – ISSN 2236-4374.

Artigo Publicado na revista da escola da Advocacia-Geral da União com o título “O contrato de Gestão Como Meio de Realização de Parcerias entre o Setor Público e o Privado” em 01.04.2014 (ISSN: 22364374).

Artigo publicado na Atas do II Curso Sobre o Combate à Corrupção Na Contratação Pública pela Universidade Nova de Lisboa com o título “A eficiência na gestão dos recursos públicos com a implantação pela central de compras do governo brasileiro do modelo de compra direta de passagens aéreas”.

Artigo publicado em 01.06.2015 pela editora Casa do Novo Autor para a série “Direito Público em Debate” com o título “Das Regras para a estimativa dos Custos de Obras e Serviços de Engenharia e da Remuneração Variável no Regime Diferenciado de Contratação Pública - RDC” (ISBN: 978857122752).

Artigo publicado em 01.06.2015 pela editora Casa do Novo Autor para a série “Direito Público em Análise” com o título “A Contratação Integrada no Regime Diferenciado de Contratações – RDC” (ISBN: 978857122769).

Artigo publicado em 30.08.2022 no portal Migalhas com o título “O Estado mudou. A administração também. Como alocar a (boa) experiência da centralização de aquisições públicas ao longo desse caminho?” Link: <https://www.migalhas.com.br/coluna/direito-e-administrativo/372577/centralizacao-de-aquisicoes-publicas-ao-longo-do-caminho>.

Artigo publicado em 10.05.2022 no portal Migalhas com o título “A impossibilidade de revisão e reajuste na ata de registro de preços: um mantra a ser superado” Link: <https://www.migalhas.com.br/coluna/direito-e-administrativo/365612/a-impossibilidade-de-revisao-e-reajuste-na-ata-de-registro-de-precos>

Artigo publicado em no portal Migalhas em 05.04.2022 com o título “A nova Lei de Licitações e contratos administrativos: O procedimento de manifestação de interesse e a relação público x privado” Link: <https://www.migalhas.com.br/coluna/direito-e-administrativo/363109/a-nova-lei-de-licitacoes-e-contratos-administrativos>

Artigo publicado no Observatório da Nova Lei de Licitações em 07.09.2022 com o título “A Nova Lei de Licitações e Contratos, a função social da licitação como meio para viabilização de políticas públicas afirmativas e implementação dos direitos constitucionais por parte do Estado” Link: <https://www.novaleilicitacao.com.br/2022/12/07/a-nova-lei-de-licitacoes-e-contratos-a-funcao-social-da-licitacao-como-meio-para-viabilizacao-de-politicas-publicas-afirmativas-e-implementacao-dos-direitos-constitucionais-por-parte-do-estado/>

Artigo publicado no Observatório da Nova Lei de Licitações em 11.11.2022 com o título “A possibilidade de contratar diretamente artistas na nova Lei de Licitações e Contratos, sua relação com o defeso eleitoral e o controle judicial do Ato Administrativo” Link: <https://www.novaleilicitacao.com.br/2022/11/11/a-possibilidade-de-contratar-diretamente-artistas-na-nova-lei-de-licitacoes-e-contratos-sua-relacao-com-o-defeso-eleitoral-e-o-controle-judicial-do-ato-administrativo/>

Artigo publicado no Observatório da Nova Lei de Licitações em 14.09.2022 com o título “A utilização do pagamento antecipado como instrumento de racionalidade administrativa” Link: <https://www.novaleilicitacao.com.br/2022/09/14/a-utilizacao-do-pagamento-antecipado-como-instrumento-de-racionalidade-administrativa/>